

BARRANCO DE CEGOS
E A DESMONTAGEM DO UNIVERSO SIMBÓLICO SALAZARISTA

Francisco Ferreira de Lima*

Barranco de Cegos (BC) é o penúltimo romance de Alves Redol. Considerado quase por unanimidade sua obra-prima, é também, sem sombra de dúvida, um dos grandes romances da literatura portuguesa. Nele, Redol retoma, por assim dizer, as origens de sua produção ficcional. BC é mais um romance do Ribatejo.

É por todos sabido que, em 1939, *Gaibéus* demarca um novo limite em termos da concepção de literatura em Portugal, ao fixar-se na descrição do mundo do trabalho e em todos os complexos problemas humanos daí derivados. *Gaibéus* é o resultado de um arguto trabalho de observação das lutas camponesas, e teve o Ribatejo como espaço de observação (e de ação). Conquanto o tivesse sempre presente em sua obra, em maior ou menor grau, é só vinte e dois anos depois, tempo em que sua obra se consolidou, que Redol volta, de modo completo, ao seu ambiente preferido. Podemos dizer, pois, que BC é o Ribatejo revisitado.

São dois Ribatejos diferentes, porém. Os vinte e dois anos decorridos entre a primeira e a segunda visita dão conta não só das inevitáveis mudanças processadas pela história, como das outras mudanças, também estas inevitáveis, ocorridas na concepção de literatura do próprio autor.

Se *Gaibéus* é uma denúncia inflamada contra o desrespeito à condição humana dos trabalhadores camponeses, explorados até os limites de sua força pelos interesses econômicos e políticos de um latifundiário avaro e mesquinho, BC é uma tentativa de compreender o universo de valores – aí incluído seu caráter mítico-político-cultural-existencial – de uma sociedade que se recusa, terminantemente, a encarar o dinamismo da história, negando-o através da luta ferrenha para manter-se a si mesma, e ao seu universo de valores, como coisas perpétuas e definitivas. Com não menos veemência, Redol nos proporciona, em BC, a possibilidade de lermos a sociedade portuguesa, através de seu universo simbólico, na luta de um senhor feudal dos tempos modernos contra qualquer tentativa de modificação deste universo. Portanto, se *Gaibéus* é a denúncia das estruturas que

*Mestre em Literatura Portuguesa pela PUC/RJ, Doutor em Literatura Portuguesa pela USP e pós-doutor pela University of London – King's College, é Professor pleno de Literatura Portuguesa na Universidade Estadual de Feira de Santana.

oprimem, *BC* é a tentativa de compreender o que está por trás dessas estruturas. Assim, os vinte e dois anos entre um e outro, entre *Gaibéus* e *BC*, separam a ênfase sobre a realidade da ênfase sobre o simbólico que a produz.

Antes de demonstrar a tese, no entanto, convém rapidamente definir o que se está aqui a chamar de universo simbólico. Segundo Luckmann e Berger (1974: 132), trata-se de «corpos de tradição teórica que integram diferentes áreas de significação e abrangem a ordem institucional em uma totalidade simbólica», de maneira que «*todos* os setores da ordem institucional acham-se integrados num quadro de referência global, que constitui então um universo no sentido literal da palavra, porque toda a experiência humana pode agora ser concebida como se efetuando no interior dele».

O universo simbólico é a única possibilidade concreta de fazer com que uma dada coletividade se perceba a si mesma como real, porque a realidade em que vive é a *sua* realidade. Resultado da atividade humana, o universo simbólico é a única condição para a coesão (e coerção) social. Parodiando Wittgenstein, podemos dizer que os limites da liberdade de uma dada sociedade são os limites do universo simbólico que ela for capaz de construir. Para compreendê-lo, pois, há que se compreender também a organização social que o produziu. Assim compreender-se-á porque as instituições, os pilares do universo, são tão ferrenhamente defendidas, através dos procedimentos legitimadores, por aqueles que têm força, poder e necessidade para mantê-las.

Produção histórica, entretanto, o universo simbólico nunca é totalmente estável. O fato de as relações sociais serem sempre dinâmicas, e, por isso, tensas, torna-o sempre problemático. Aquilo que satisfazia uma sociedade ou mesmo parte dela em um certo tempo nunca satisfaz noutra. À medida que essa insatisfação cresce, faz surgir uma outra «verdade» que passa, então, a ameaçar a verdade primeira do universo simbólico. Os mecanismos repressivos por ele utilizados para destruir as diversas formas de ameaça que o perseguem, tanto a nível prático quanto teórico, são bastante conhecidos, pois ninguém escapa ao exercício de seus grandes e pequenos poderes praticados por seus grandes e pequenos agentes. É desse processo que trata *BC*.

O romance é dividido em três partes. A primeira, denominada o *Livro das Horas Plenas*, cobre uma extensão de mais de duzentas páginas sobre um total de pouco mais de quatrocentas, correspondentes ao todo da obra; a segunda, o *Livro das Horas Amargas*, é desenvolvida num conjunto de quase duzentas páginas e a terceira, o *Livro das Horas Absurdas*, a menor das três, abrange apenas trinta e duas páginas.

Um dos aspetos mais importantes desse romance é a sensação de imobilidade do tempo que o atravessa, crença em que se baseia sua principal personagem, Diogo Relvas, mas negada já na trajetória descendente que os adjetivos dos títulos dos três livros indicam. Das «horas plenas» às «horas absurdas» há uma longa e irreversível viagem no tempo que nem mesmo atitudes extremadas e ensandecidas conseguem deter.

A ação do romance inicia-se em 1891. Dois momentos decisivos contribuem para tal. O primeiro, o *ultimatum* inglês de 1890; o segundo, a revolta

republicana no Porto de 1891. Esses fatos são decisivos para o romance porque eles são os deflagradores do processo de corrosão que opera uma desarticulação no interior da totalidade simbólica que modela a realidade e a define como única e perpétua. Portanto, a importância de tais fatos tem muito mais a ver com a totalidade simbólica que produz a realidade do que com esta em si mesma. O *ultimatum* e a Revolução do Porto são elementos que vêm abalar a verdade (e os privilégios dela decorrentes) de uma concepção de realidade fundada na noção de eternidade, o que equivale a dizer fundada na noção de a-historicidade. O que interessa ao romance, por conseguinte, não é a realidade, mas essa totalidade que a produz e como se comporta diante do novo. E o novo é a crise, o abismo, que ameaça uma «paz» tão duramente construída.

Ao abrirmos *BC* em suas primeiras páginas, nos defrontamos com um «clima» desesperador, tão comum àqueles que estão aterrorizados ante a destruição iminente de seu mundo eterno. Abrimo-lo nas primeiras páginas e defrontamo-nos, contudo, com um título paradoxal: *O Livro das Horas Plenas*. Ora, à medida que avançamos a leitura, damos-nos conta de que o título apropriado seria *O Livro das Horas Absurdas*, dado o exaustivo levantamento de falências, bancarrotas, suicídios e que tais. No entanto, o título é mesmo *O Livro das Horas Plenas*. Já sabemos porquê. Embora o clima seja absurdo, com o desmoronamento iminente de uma verdade que se acreditava eterna, a palavra *plenas* refere-se a Diogo Relvas e à sua convicção de que tudo não passa de um defeito sanável. Apesar da queda iminente, a salvação está assegurada, porque o universo que há de torná-la possível ainda se mantém firme e estável – pelo menos para ele. Para os outros, a salvação não está tão próxima. Para Rui Portela Araújo, seu genro, por exemplo, já não havia mais qualquer salvação, fulminado que fora por parada cardíaca.

Diante do perigo que ameaça a segurança da totalidade simbólica, seus habitantes dividem-se em três grupos distintos: o primeiro, é o daqueles que tomaram a ameaça como o começo da tragédia e a ela se anteciparam; o segundo, é o daqueles que utilizarão a ameaça como maneira de se proteger e lucrar o que for possível; e, por fim, o terceiro, é o daqueles que lutarão, até o limite de suas forças, para impedir que a totalidade simbólica seja desmantelada pela ameaça. Esse é o grupo mais importante, sobre o qual o próprio romance estará centrado. E terá na presença de Diogo Relvas seu elemento principal.

Diogo Relvas não é, portanto, apenas um habitante a mais da totalidade simbólica; ele é, antes, seu mais ilustre representante, funcionando como uma espécie de *delegado oficial*. Para Diogo Relvas, a ameaça é apenas a oportunidade para que a totalidade simbólica reveja seus mecanismos de atuação.

É por isso que o romance é centrado em sua figura, pois, como já dissemos, o fundamento do romance é a tentativa de operar uma dissecação nessa totalidade simbólica que se recusa a ver-se como histórica e, por isso, transitória. Mais que uma ênfase sobre a realidade, *BC* é a tentativa (bem-sucedida) de desmontar

o universo simbólico de uma sociedade que vive da firme convicção de que o tempo não passa e que, por isso, supõe ter o estatuto da imortalidade. As referências à realidade são, portanto, pontos de partida para a dissecação desse universo simbólico, na medida em que os fatos históricos deflagram uma luta em seu interior, opondo uma outra verdade àquela sua que se quer única. Observemos, no limite deste artigo, o funcionamento de apenas duas «instituições» desse universo. A primeira delas, «a torre dos quatro ventos».

A torre dos quatro ventos é, sem dúvida, um dos aspetos centrais da totalidade simbólica caracterizada pelo «feudo» de Aldebarã, o latifúndio de Diogo Relvas. Ela é o mirante privilegiado de onde são acompanhadas e controladas as diversas diretrizes que fazem funcionar o conjunto global das relações humanas naquele espaço. Assim, toda e qualquer situação que se dê em Aldebarã, suas coordenadas já terão sido previamente traçadas na torre, quer de modo explícito quer de modo implícito. A torre não é apenas posto de observação e controle; ela é, antes, verdadeira fortaleza, em termos literais, em que estão guardadas, a sete chaves, as diferentes diretrizes norteadoras do ordenamento de Aldebarã, seja na dimensão conjuntural ou estrutural.

A torre tem, portanto, uma função dupla. Em um primeiro momento, ela é lugar de confirmação, isto é, lugar em que o passado ratifica o presente, pois que, como repositório das tradições vividas, a torre é, por excelência, o lugar em que o futuro se define de modo claro e inequívoco; em um segundo, é o lugar de onde se controla e ordena a confecção desse futuro. Portanto, todos os caminhos de Aldebarã levam, inevitavelmente, à torre dos quatro ventos.

Como centro principal dos diversos caminhos simbólicos que partem de e levam a Aldebarã, a torre opera a conjugação dos tempos históricos, desfazendo o caráter fundamental daquilo que os caracteriza: a *mobilidade*. Repositório de tradições vivas, a torre estabelece a continuidade entre um passado historicamente superado e um presente no seu processar-se.

Ao promover a interpenetração de passado e presente, a torre estatui uma categoria de perpetuidade temporal, fazendo com que o presente se confunda com o passado; estabelecendo, por conseguinte, um elo de continuidade. A função primeira desse elo é a de reordenar o tempo histórico, dando-lhe um caráter de unicidade progressiva, e eliminar, como consequência, seu teor de fragmentação propiciador de ruturas.

A torre dos quatro ventos é, por assim dizer, o sacrário do universo simbólico. O mundo das instituições pelo qual Diogo Relvas pauta sua vida encontra ali seu mais seguro porto e seu mais apropriado lugar de manifestação. Pelo fato de localizar-se em um ponto privilegiado, do qual é possível dominar a vastidão do feudo, a torre exclui-se física e simbolicamente do processo de rutura e fragmentação próprio do tempo histórico. É como se, por ser lugar do alto, a torre estivesse isenta de contaminação.

De fato, para a estrutura geral do universo simbólico que a torre ilustra, o tempo histórico não existe. É por isso que ela é interdita aos demais membros da família Relvas, com exceção dos chefes. E assim é porque estes são os únicos que podem decidir acerca de sua historicidade.

Na sua origem, pelo menos se levarmos em conta o que nos diz o narrador, a torre não tinha essa função. Sabemos que ela fora construída pelo Chicote, avô de Diogo Relvas e patriarca da família, para que lhe permitisse ver, além de suas terras, o Tejo, uma de suas grandes paixões.

É importante lembrar que, ao formular uma instituição – retomem-se Luckmann & Berger (1974) –, o sujeito é movido por uma perspectiva pragmática que abdica de qualquer forma de mediação. Só depois é que, caindo em domínio público, a instituição se anonimiza e passa a exigir uma justificação que explique sua existência e sua necessidade para o universo simbólico.

Ora, na sua origem, a torre está imersa em um universo simbólico efetivamente historicizado, em que expectativa do seu habitante e eficácia institucional convergem para a mesma direção. Nesse sentido, a torre não precisa simbolizar mais do que ela é em si, porque há uma correspondência biunívoca entre expectativa e eficácia institucional.

Não se dá o mesmo, porém, quanto à sua função no tempo da narrativa. Aí, já fora do tempo da história, a torre assume-se como único espaço de perpetuação temporal. Mudadas as condições e as coordenadas históricas, é preciso revesti-la simbolicamente, de modo que ela negue a transformação.

Posto agora sob suspeição e ameaçado por diversas variáveis subvertedoras, o universo simbólico foi forçado a procurar alternativas de manutenção. A torre passa, então, a cumprir o papel de guardião de um universo simbólico ameaçado pela clivagem do tempo histórico. Para manter-se, o universo simbólico é obrigado a desistoricizar-se. Ao negar a história, ele tal qual um farsante, apresenta-se em seu lugar, agora não mais no processo dinâmico desta, mas marcado pela rigidez da estaticidade. Guardiã do universo simbólico, a torre dos quatro ventos cumpre a função de mantê-lo acima das intempéries provocadas pelo tempo histórico. Só dessa maneira será possível dar um caráter histórico à a-historicidade do universo simbólico; caso contrário, a dimensão histórica do tempo o faria sucumbir.

Espaço da imortalidade, sacrário do universo simbólico, a torre fornecerá a Diogo Relvas os elementos necessários para que ele possa fazer frente à ameaça do tempo histórico. E o principal elemento a ser fornecido por ela é o reencontro com os fantasmas do avô e do pai, os dois únicos habitantes da torre, além de Diogo Relvas:

– Cá estamos – repetiu a frase para o silêncio passivo da torre. Dirigia-se aos dois a quem devia dar conta, ao pai e ao avô, sem desalento na voz, como se ambos estivessem vivos à sua frente. (BC: 52)¹

O reencontro é, ao mesmo tempo, físico e simbólico. É a completa e total interpenetração de passado e presente, dando conta da perpetuidade do universo simbólico. A ressalva feita pelo narrador é uma estratégia para desviar o leitor de algo que, ao final do romance, e em outra perspectiva, se confirmará em cheio. Independente da ressalva, porém, o importante é que, com sua frase «cá estamos», Diogo Relvas faz falar a perpetuidade do universo simbólico que, apesar do narrador, está vivo nas pessoas do avô, do pai e de Diogo Relvas. A função simbólica do reencontro é, portanto, estabelecer o elo de continuidade e promover a eliminação do tempo histórico.

Demonstrada a congeminação entre passado e presente, de modo a dirimir qualquer dúvida sobre um possível fosso entre eles, somos postos, diante do «mistério» do nome da torre:

O sorriso misterioso nos olhos significa, porém, que naquela torre mirante [...] se confrontavam, em lembranças vivas, os quatro segredos do poderio dos Relvas: a objetividade, a coragem no essencial, o amor pela perfeição e a pertinácia. (58)

A geografia física é referida apenas para legitimar a geografia simbólica. Se a torre na sua origem, pretendia, com o nome de «quatro ventos» dar conta da amplitude e da vastidão dos domínios dos Relvas, porque, àquela época, tal amplitude e vastidão eram aceites, pacificamente, pelo universo simbólico, agora, a geografia física é tão somente o substrato da geografia simbólica. Os «quatro ventos» são, na verdade, as bases de sustentação desse universo. Por conseguinte, física e simbolicamente, a torre é o universo simbólico partilhado pelos Relvas.

O mais importante a notar nesses «quatro pontos cardeais simbólicos» é o fato de eles, como os quatro ventos, estarem isentos de contaminação do tempo histórico. São, pois, quatro dogmas que remetem para um aparato místico/mítico de explicação totalizadora do mundo. É como se, independente de qualquer transformação operada pela história, o mundo se mantivesse sempre igual a si mesmo. E, por ser efetivamente assim, bastam apenas quatro dogmas que o expliquem sempre. Quando estes dogmas não forem suficientes, não são eles que precisarão ser corrigidos, mas o mundo.

Podemos perceber, assim, que a torre, como manifestação literal e metafórica do universo simbólico, assenta-se no primeiro nível conceitual de manutenção deste. Se «os quatro segredos» são os dogmas, então eles estariam no nível aproximado da mitologia, no sentido de que funcionam como ativadores de explicações que permitem estabelecer contigüidades entre planos históricos diferenciados, deles retirando sua historicidade. Basta-nos como elemento comprobatório a insistência do narrador em relação à palavra «vivo». O fato de o narrador observar que «se confrontavam, em lembranças vivas», os quatro segredos dos Relvas, é fundamental para esclarecer o caráter de a-historicidade, porquanto «lembrança viva» diz da continuidade sem rutura; diz, enfim, que não se trata de recuperação

do passado, mas da interpenetração deste passado vivo em um presente que com ele se confunde e nele se dissolve.

A partir desses quatro pontos cardeais simbólicos, podemos ver mais de perto o funcionamento do universo simbólico. Fiquemos, por questão de espaço, como um de seus pilares, o mito da terra.

Para Diogo Relvas a terra tem um valor que transcende o meramente material. Ela possibilita dividir os homens em fortes e fracos. Aqueles que a conhecem e dela vivem serão os fortes; os outros, todos os outros, serão fracos. Assim, a terra é, antes de tudo, a fonte da força. É por isso que o romance se abre com a indignação de Diogo Relvas ante o fato de ter que enterrar o genro, Rui Portela no cemitério de Aldebarã. Sem poder evitá-lo, como gostaria, Diogo Relvas, o enterrará na parte menos «honrada» possível:

Já marcara o lugar para o genro – seria metido num dos jazigos da família, no dos aparentados, ao pé das mulheres, das crianças e dos homens; de certos homens que disso pouco mais tinham do que o corpo. De cova aberta no chão, bem funda, só os que davam à terra o que ela merecia. (29)

Portanto, a distinção é entre aqueles que merecem e aqueles que não merecem a terra. Qual é o critério de merecimento da terra? É, em primeiro lugar, ser forte. Ser forte é conhecer e viver da terra. Logo, a terra é o centro em torno do qual tudo mais gira. E nesse giro há, de modo implícito, muitas vezes de modo explícito, um processo de purificação que, a cada volta, fortalece o forte e, ao mesmo tempo, elimina o fraco. É esse processo que faz Diogo Relvas não enterrar Rui Portela no Panteão, o lugar nobre do cemitério, porque, em assim fazendo, ele estaria deflagrando um processo de enfraquecimento da terra, pois a estaria contaminando com a fraqueza. É preciso, assim, defender a força que a terra proporciona, impedindo a sua contaminação.

Para ilustrar a morte sem merecimento de Rui Portela, é-nos contraposta a morte, por assim dizer, telúrica, do pai de Diogo Relvas:

entrara no portão da quinta, pronto a morrer, às costas do Manuel Fandango, sem queixa que se lhe ouvisse do corpo esfrangalhado. Matara-o uma égua de pelo-rato, desenfreada, ao atirar com ele de encontro a uma oliveira, na fúria de um galope. (30)

A diferença fundamental entre este tipo de morte e aquele sofrido pelo genro de Diogo Relvas é que, aqui, a morte está inserida em um contexto místico, cuja dimensão trágica é minimizada pela dimensão mágico-sagrada. Conhecedor do ciclo, porque conhecedor da terra, o pai de Diogo Relvas entra na quinta «pronto a morrer», «sem queixas», porque sabe estar saindo de uma etapa do ciclo para entrar em outra, todas elas circunscritas ao movimento de produção da força que tem na terra seu (único) lugar de origem.

Perspetiva simbólica paralela à morte do pai de Diogo Relvas, como ilustração da terra-fonte-de-força, é a cabeça do touro Terramoto, parte do mobiliário da sala de reunião do palácio Mãe-do-Sol e verdadeiro emblema da força da terra. O paralelo é tão preciso que, em ambas as situações, os protagonistas foram aquinhoados com a mais nobre das honrarias. Assim, se, como merecimento daquilo que chamamos de morte telúrica, ao pai de Diogo Relvas coube o panteão do cemitério – negado, como vimos, a Rui Portela –, ao touro Terramoto coube a imortalidade emblemática da sala de reunião, por ter deixado mortos e feridos em terras de Espanha.

O paralelo poderia não ser preciso, seria mesmo contraditório se levássemos em conta o fato de que, enquanto o touro é emblemático porque matou o humano, o pai de Diogo Relvas o é pelo inverso, isto é, porque foi morto pelo animal. Seria, porém, no mínimo, um despropósito concluir-se desse modo. Não há uma polaridade entre homem e animal. E, quando há, este sempre está em melhor situação que aquele. Na verdade, o paralelo se mantém, de modo rigoroso, porque ambos, o touro e o pai de Diogo Relvas, são emblemas mais sublimes possíveis daquilo que se deve colher da terra: a força. São, portanto, partes integrantes de uma mesma esfera. Transcendem ambos suas condições de animal e humano, para se situarem no plano mais alto da mística da terra, lugar de fecundação:

Só a terra é capaz de acolher, alimentar e fazer florir o que traz no bico um pássaro vadio. A terra dispõe de um poder maravilhoso que os homens não têm. No amor, pelo menos, os homens não conseguem imitar a terra. (77)

Espaço sagrado gerador de força, a terra não se oferece àquele que não sabe amá-la ou que recusa seu amor. É preciso aprender a dominar-lhe os mínimos segredos para, depois, poder usufruir de suas virtualidades. Assim todos aqueles que se negam a ver a terra como fonte de força, portanto como elemento gerador de uma mística, serão sempre fracos, porque jamais desvendarão os segredos da terra e será também por isso que nunca poderão partilhar suas benesses.

De modo inverso, serão fortes todos aqueles que, sem se submeterem aos caprichos da terra, consigam retribuir suas dádivas com outras. Serão fortes todos aqueles que consigam descobrir «aquele poder maravilhoso» que a terra possui e que ao resto dos homens é vedado ter. Só aqueles que correspondem ao amor da terra poderão decifrar esse poder, porque farão parte de um conjunto em que as fronteiras entre homem e terra serão ampliadas, a ponto de se confundirem. Esse é o plano em que se encontram os três Relvas principais: o Chicote, o pai de Diogo Relvas e o próprio. Essa mística é o componente fundamental da *pax ruris*, a paz imemorial dos campos, que tão bem pode ser sintetizada na convicção de Diogo Relvas: «O equilíbrio de tudo está no campo. No lavrador e no servo» (50).

A ideia de campo como «equilíbrio de tudo» nos coloca, diante da possibilidade de localizar outra vertente da mística da terra. Trata-se da noção da perpetuação das relações de trabalho que o campo estatuiu há séculos, e que

tanto contribuiu para a preservação da paz rural. A paz rural não é meramente o prazer atávico que o campo proporciona de modo idílico, como se poderia pensar; é, antes, a manutenção de todas as estruturas medievais que regem as relações de trabalho. Desmorona-se, por conseguinte, uma possível noção de «equilíbrio» como sinônima de harmonia ou de fraternidade que a terra em seu valor transcendente pudesse distribuir a todos que soubessem amá-la.

Pelo contrário, o direito ao amor da terra está diretamente subordinado ao poder que se tenha sobre ela. É mesmo esse poder que define a intensidade do amor que se lhe pode ter. «O equilíbrio de tudo» não está no campo em si, mas nas relações de dominação que o campo permite estabelecer. Por ter valor transcendente, porém, a terra é concebida como lugar da inteireza, da plenitude: a terra produz força e lucro:

só na vinculação à terra seria possível reencontrar a estabilidade econômica, a coesão moral e a permanência. (407)

Estão, assim, esclarecidas as coordenadas que subjazem à crença da mística da terra. Estar vinculado a terra é estar preservando o mundo da paz rural, isto é, é estar preservando um modelo de realidade que as relações do campo ratificam como único possível de ser vivido. De que tipo de «coesão moral» se trata então? Fundamentalmente, daquela que tem a subserviência como base. Daquela que pressupõe o «equilíbrio», sendo este entendido como ausência de qualquer forma de tensão nas relações de trabalho.

A paz rural vive, deste modo, do escamoteamento dos conflitos surgidos no interior dessas relações de trabalho. A mística da terra funciona, portanto, como legitimadora de uma estrutura de poder, já que só com trabalho da terra será possível a «coesão moral» e a permanência. Se a paz rural não é senão uma capa que encobre a tensão das relações de trabalho, sua «permanência» é fundamental para que a mística da terra não se destrua:

Deixem que a vida rural se faça no bucolismo e na paz que o próprio campo ensina aos homens. Que patrão e servo sejam da mesma família, gente do mesmo sangue. Deixem que o sangue rural continue a ser sangue de homens e carne e sangue de Deus, porque é deles que vêm o pão e o vinho. (208)

A paz rural, que o universo simbólico determina como uma dimensão iminente da terra, sofre um deslizamento. Passa de uma conceção sobre o dever-ser das relações campesinas para algo que brota da própria terra. A paz rural não é, assim, decorrência de, em uma certa circunstância histórica, as relações de trabalho no campo serem embasadas na subserviência e na submissão. Ela é produto do próprio campo. É algo que brota do interior da terra para tornar os homens que a vivem cientes de que é uma exigência da terra o tipo de relações a que estão submetidos.

É importante ressaltar, por outro lado, que o caráter atávico de produção de força oriundo da terra tem, além de sua justificação mítica, uma justificação teológica. A ideia sempre recorrente de «família», formada por patrão e servo, sem distinção, assenta-se na conceção teológica de direito divino. Não há como mudar a situação, pois ambos, patrão e servo, são resultado da vontade de Deus. Desobedecer a esta lei é provocar a ira de Deus, porquanto Sua justiça é sábia. Se é família, não se pode desobedecer à lei do pai, pois este é o representante de Deus e cumpridor de Sua vontade. O aspeto mais importante dessa justificação teológica reside na noção de sacralidade da terra. A terra proporciona força porque é um elemento perpassado de divindade. As raízes da «família» estão calcadas na mágica da transformação do trigo em pão e da uva em vinho. E é só a terra que é capaz do milagre da transformação. Portanto, aqueles que formam a «família» têm sangue divino em suas veias, porque sabem colher da terra aquilo de sagrado que ela tem a oferecer. Desafiar a paz rural é desafiar a harmonia da sacralidade da terra.

Desse modo, a ideia de paz rural como propiciadora do equilíbrio tem seu substrato em duas modalidades de justificação do universo simbólico: a terra como fonte da força e a terra como encarnação do sagrado. São estas duas perspectivas que, dadas a sua estratificação no universo simbólico, impedem a rebelião contra a paz rural na reafirmação da terra como fonte de força.

É evidente que o anseio da paz rural é o de ampliar suas fronteiras. Se ela estabelece o «equilíbrio», o ideal, então, é que toda a sociedade viva o privilégio de desfrutá-la, porque só através do trabalho com a terra será possível construir uma grande nação, tornando-a uma grande e única família.

O nosso destino como povo, e só neste sentido se deveria falar de povo, era projetarmo-nos noutros continentes, sem abandonarmos o ninho. E o ninho era a Lavoura, sim senhor, madre de virtudes rálicas. (382)

A começar pelo título, *BC* está completamente impregnado da ideia da cegueira. A cegueira é sempre vista como a possibilidade concreta de fazer ruir o universo simbólico, na medida em que ela é o principal elemento negligenciador das «virtudes rálicas» da terra. A cegueira é, portanto, a negação da terra como fonte da força, pois que é a recusa deliberada de acreditar em seu caráter transcendente.

Para fazer frente à ameaça, o universo simbólico, na pessoa de seu mais intransigente representante, Diogo Relvas, sai a campo para exorcizar o demônio. A arma utilizada será a ideia de *razão*, que aparece transfigurada ora em *lucidez*, ora em *exatidão*, ora em *objetividade*, que, enfim, englobaria todas as outras nuances, posto que a objetividade é um dos «quatro segredos dos Relvas», como já vimos. Portanto, embora paradoxal, o universo simbólico que cultiva a mística da terra, cultiva, também, a racionalidade.

Dito de outra maneira, a racionalidade é a contrapartida da mística da terra, pois, se a propriedade da perspectiva mística é a de ter a *fé* como base de todas as

suas explicações, a racionalidade entra, aqui, como justificação dessa perspectiva mística. Isto quer dizer que o universo simbólico redimensiona a mística da terra pelo contributo oferecido pela racionalidade. É possível acreditar na mística da terra, porque ela tem como substrato a racionalidade.

Por conseguinte, a vinculação à terra é a única maneira de evitar-se o ser tomado pela cegueira, pois que, como fonte de força, a terra é que pode traçar caminhos a serem seguidos. Recusar as lições da terra é cair no polo da cegueira:

E depois queixam-se do destino [...] quando eles próprios o talham com a preguiça, o aborrecimento e a poltrаницe que lhes amerdalha o sangue [...] Era o mal ruim da Índia, do Brasil, e das outras terras descobertas, todas a porem a teta na boca de quem se habituara, sem suor que lho merecesse [...] Que poderia esperar-se de uma raça de sonâmbulos? (31)

A vinculação à terra é a única possibilidade concreta de fortalecer uma nação, porque, como fonte de força, a terra só dá de si quando recebe. Há que saber trabalhar a terra para ser recompensado, pois ela não dá nada gratuitamente. A terra é generosa somente para com aqueles que sabem amá-la. Ora, se o único caminho para uma nação forte é a lavoura, é evidente que, se uma nação se recusa a seguir esse caminho, ela está indo em direção ao abismo. Abandonada pela razão, a nação perde a força e adocece, pois perde sua principal diretriz. Desacostumada do trabalho, iludida pela riqueza fácil da «aventura marítima», a nação se enfraquece. Os homens adoecem porque perderam o contato com a terra, perdendo, em consequência, a possibilidade de renovarem sua força. É preciso, portanto, evitar a queda no barranco de cegos. A única maneira de evitá-la é o uso da *razão*.

É exatamente por isso que, após o enterro do genro, morto em decorrência do colapso financeiro que abalou o mundo das instituições portuguesas durante a «semana negra», Diogo Relvas resolve recolher-se à torre dos quatro ventos. Não será preciso analisar minuciosamente o significado desse retiro físico-espiritual, pois já sabemos o que a torre significa para o universo simbólico:

mas acabara por quase fugir da presença de toda a gente, vindo meter-se ali dentro, na torre do mirante do palácio, onde gostava de passar as horas extremas da sua vida – as amargas e felizes.

Chamava-lhe as horas extremas. Que tinham agora de ser lúcidas, amargas e lúcidas, vividas, com paixão e com serenidade, de cabeça fria sem que o coração arrefecesse, antes pelo contrário, com o coração apaixonado, mas sem que esta paixão, por sua vez, chegasse nunca a tocar-lhe o cérebro. Esse tinha de ver tudo o que o rodeava, claramente tudo o que o envolvia, e mais ainda o que ficava para além, o oculto e o subterrâneo, as forças misteriosas daquela vida de interesses desencadeados agora num apocalipse. Advinhá-las, pressenti-las e aparar-lhes os golpes. E dominá-las, sim, acima de tudo dominá-las. (57)

Como já dissemos, a torre é o espaço da perpetuação do tempo. De lá do alto é possível ver as coisas de baixo com serenidade. Essa possibilidade de ver o

mundo que desmorona de modo caótico com serenidade é devida à imobilidade do tempo que a torre estabelece. Portanto, o *único* lugar de onde se poderia ver o caos com lucidez é a torre. A lucidez é uma consequência da estabilidade do universo simbólico; e, apesar de todo o apocalipse, ele está lá, na torre, intacto. Tão intacto e tão sólido que permitirá ver não só a manifestação do caos como aquilo que o faz manifestar-se. Da torre será possível ver o que está por trás do caos. Isto quer dizer que não é a capacidade individual de Diogo Relvas que lhe permite ver, senão que o universo simbólico se rearticula para neutralizar focos de tensão surgidas em seu interior.

Diogo Relvas, como vigilante do universo simbólico, será o responsável pela localização (e destruição) desses focos, pois além de «pressentir os golpes das forças misteriosas», haveria que dominar essas forças, de modo a reequilibrar esse universo. A arma para enfrentar esses focos é, assim, a razão, pois se o que sustenta o universo simbólico – todo universo simbólico – é a crença de que ele é único, a razão é elemento fundamental de sua justificação.

Fortalecido pelo contato com o mundo perene e a-histórico do universo simbólico resguardado na torre, Diogo Relvas sai pronto a combater o bom combate entre razão e cegueira, entre força e fraqueza, disposto a vencê-lo. A primeira batalha é localizar os inimigos da razão. Esses inimigos são os que aderiram aos vícios decorrentes do fausto das aventuras. São, portanto, os que perderam a razão porque negaram as virtudes da paz rural. Enfraquecidos, estão na iminência da destruição:

ele não podia consentir que a onda de descrença os submergisse também, então seria o fim, e nada estava no fim, antes pelo contrário, seria até possível aproveitar da situação se ele mantivesse a serenidade, [...] era a compensação dos fortes, dos homens válidos perante a perturbação dos cobardes que fugiam dos acontecimentos em vez de os defrontarem. (55)

A serenidade é uma consequência da racionalidade; logo, aqueles que não a têm no momento da ameaça, não podem perceber que esta ameaça, em vez de destruir o universo simbólico, pode, ao contrário, torná-lo mais sólido ainda. Essa percepção está circunscrita àqueles que possuem a serenidade. Através dela é possível ver que a ameaça reafirma o poder do universo simbólico, porque se encarrega de separar os fortes dos fracos em pólos extremos por si mesma.

É nesse sentido que podemos entender a ideia de Diogo Relvas de que é possível tirar proveito da situação. Ao separar em grupos distintos os fortes e os fracos, a situação ratifica a perspectiva da mística da terra, eliminando do cenário aquelas que negam a terra como única saída, jogando-os ao abismo. Estão salvos do abismo apenas aqueles que sabem que «nada estava no fim», ou seja, aqueles que partilham da mística da terra:

– Sou demasiado austero. Em certas coisas... Tenho a certeza que é preciso. O mundo vai por uma ladeira e os homens como eu devem segurar-lhe as rédeas. (362)

Senhor da razão, Diogo Relvas assume-se como senhor do mundo, porque todos os outros homens perderam a faculdade de julgar e de lutar por aquilo que é fundamental. Como único que consegue ver além da ameaça, Diogo Relvas toma para si a tarefa de recolocar o mundo em seu lugar. E o lugar do mundo é, obviamente, a vinculação à terra, à lavoura. O resultado disso, a paz rural:

A lavoura será sempre o lastro conveniente para se evitarem certos vãos atrevidos daquilo a que se chama progresso. (232)

Uma outra dimensão de «a lavoura e a paz rural» é a eternidade do tempo. Já vimos que a ideia de perpetuação do tempo é o principal aspeto do universo simbólico, enunciado no reencontro com a tradição viva que a torre possibilita; porém esse aspeto é evidenciado, sobretudo, pela mística da terra. A troca com a terra garante ao homem a eternidade, traduzida em imortalidade. Entretanto, esse verdadeiro prêmio só é dado aos fortes. É assim que, como já mostramos, Rui Portela é enterrado numa parte inferior do cemitério, porque não merece a imortalidade. Diferentemente, o pai de Diogo Relvas é enterrado no panteão, prêmio supremo para os fortes, porque «essa é a única maneira de o homem se alongar para além da morte» (30).

A morte do pai de Diogo Relvas funciona como uma espécie de rito de passagem. A morte é apenas um ato de devolver à terra aquilo que ela própria produziu e que agora necessita de volta. Esta é uma das razões pelas quais ele está lá, vivo, na torre dos quatro ventos, como se estivesse a dizer que quem partilha da mística da terra não morre nunca. De fato, é exatamente isso que o universo simbólico sustenta. Tanto o pai de Diogo Relvas quanto seu pai, o Chicote, são partes inseparáveis da própria terra e durarão tanto quanto durar esta, pois transcenderam os limites do tempo comum aos mortais.

Portanto, tudo que o homem pode desejar de mais impossível, a imortalidade, está ao seu alcance se souber retribuir a dádiva da terra. Ao ser devolvido à terra, o homem volta ao mundo através de um processo de ressurreição para reafirmar a mística da terra, comprovando, assim, o caráter de perpetuação do mundo da lavoura e da paz rural.

Contudo, como nada que é humano é eterno, a perpetuidade do modelo de mundo defendido por Diogo Relvas tinha fim previsto, como era de esperar. E o sinal visível disso eram as mudanças na paisagem, com a agricultura dando lugar à fábrica e às novas relações de trabalho a partir daí estabelecidas. Mas era também a atividade, por ora invisível, do caruncho que começava a roer, por dentro, a torre dos quatro ventos, da qual só restaria, num futuro próximo, que o tempo não para, pedra sob pedra.

Resumo: *Barranco de Cegos*, penúltimo romance de Alves Redol, configura um retorno às origens ficcionais do autor: trata-se de uma revisitação ao seu Ribatejo, já por ele explorado em *Gaibéus*, o «documentário humano» que deu partida ao neorrealismo em Portugal. Tendo se dedicado, naquele romance, a analisar os aspetos visíveis da exploração dos camponeses, Redol empreende neste uma desmontagem do universo simbólico que sustenta um modelo de mundo baseado no princípio da «paz rural», tão a gosto de Salazar, deslocando a ênfase sobre a realidade para o simbólico que a produz. É o que o artigo procura demonstrar.

Palavras-chave: Literatura Portuguesa, Neorrealismo, Alves Redol.

Abstract: *Barranco de Cegos*, *Alves Redol's last but one novel*, sets up a return to the author's fictional origins: it is a revisitation of the Ribatejo, as he had already explored in *Gaibéus*, «the human documentary» which gave birth to neo-realism in Portugal. In that novel Redol analyzes the visible aspects of the exploitation of the peasants in the rice fields; in this one, he undertakes a dismantling of the symbolic universe that holds a world model based on the principle of «peaceful rural atmosphere,» one of Salazar's myth. In *Barranco de Cegos*, Redol shifts emphasis on reality, as he had done in his first novel, for the symbolic that produces it. That's what the article tries to show.

Keywords: Portuguese literature, Neo-realism, Alves Redol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- LIMA, Francisco Ferreira de. *Do Inventário à Invenção – Redol e o Neorrealismo*. Feira de Santana: UEFS, 2002.
- LIMA, Manuel Campos. «Realismo e estilização». In: REIS, Carlos. *Textos Teóricos do Neorrealismo Português*. Lisboa: Seara Nova/Comunicação, 1981.
- «Realismo: estética do progresso». In: REIS, Carlos. *Textos Teóricos do Neorrealismo Português*. Lisboa: Seara Nova/Comunicação, 1981.
- «Uma arte simples e heróica». In: REIS, Carlos. *Textos Teóricos do Neorrealismo Português*. Lisboa: Seara Nova/Comunicação, 1981.
- LUCKMANN, Thomas & BERGER, Peter. *A Construção Social da Realidade*, 4.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1974.
- MENDES, José Manuel. *Charrua em Campo de Pedras*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- REDOL, Alves. *Barranco de Cegos*, 6.^a ed. Lisboa: Europa-América, 1980.
- *Gaibéus*, 7.^a ed. Lisboa: Europa-América, (s/d).
- RODRIGUES, Urbano Tavares. *Um Novo Olhar Sobre o Neorrealismo*. Lisboa: Moraes, 1981.
- SALEMA, Álvaro. *Alves Redol: A Obra e o Homem*. Lisboa: Arcádia, 1980.
- TORRES, Alexandre Pinheiro. *O Neorrealismo Literário Português*. Lisboa: Moraes, 1977.
- *Os Romances de Alves Redol*. Lisboa: Moraes, 1979.

¹ A partir da próxima, a citação vem acompanhada apenas do número da página em que se localiza.